

CONATUS CATÓLICO E ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL (1920-1950)

Cristiano das Neves Bodart
Marcelo Cigales

Introdução

A década de 1930 é emblemática no Brasil, tendo em vista que é nesse período que se evidenciam mudanças estruturais no âmbito político, econômico e cultural. O início do capitalismo industrial impulsionado pela substituição das importações, as revoltas e golpes políticos, assim como o surgimento das primeiras universidades nos indicam que esse momento é marcado por fortes transformações nas instituições e na busca, por parte de alguns setores da sociedade, pela definição de um Brasil moderno. No entanto, temos que considerar que tal empreitada deu-se em meio a dois tipos de obstáculos culturais ainda presentes, sendo eles as ideias patriarcais e religiosos (FERNANDES, 1977), o que gerou um acirramento de ideias de projetos difusos e múltiplos de construção da nação brasileira, que mobilizaram o engajamento, direto ou indireto, de intelectuais das mais diversas matizes culturais e políticas (MUELLER, 2015). Por intelectuais, denominamos os agentes dotados de capital cultural, com identidade coletiva que têm na sociedade função social de produzir e publicizar ideias, representante de uma classe, tal como encontramos em Gramsci (2006), no que denominou intelectuais orgânicos.

Nesse contexto de disputas, destaca-se a Igreja Católica, que vendo-se ameaçada pela perda de seu monopólio sobre a educação precisou buscar estratégias e ações na manutenção do poder

cultural e político que vinha sendo corroído com o fim do Padroado e com a proliferação de ideias positivistas, liberais e socialistas em setores da elite letrada do país. Importa destacar que a Igreja católica, que deteve por anos o monopólio da educação formal brasileira, já vinha, desde as Reformas Pombalinas no século XVIII, perdendo sua capacidade de reproduzir seus ideais de sociedade. Observando as práticas dos agentes católicos, notamos uma potência, uma tendência, de perpetuação do seu ser social (católico), com todos seus poderes e privilégios, sendo a base das estratégias educativas de reprodução, o que Bourdieu denominou de *conatus*.

Nosso interesse neste trabalho é analisar como os agentes católicos se envolveram na manutenção do poder da Igreja, mais especificamente, como o ensino de Sociologia foi uma das múltiplas ações em disputa junto ao campo educacional brasileiro, que ganhou contornos mais definidos na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) em conjunto com as disputas entre intelectuais católicos e renovadores após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que afastou os católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE), mobilizando a criação de Associações, grupos editoriais, revistas, centros culturais e congressos próprios (CURY, 1978; XAVIER, 2002).

Outros trabalhos evidenciaram as disputas presentes na primeira metade do século XX entre intelectuais laicos e católicos, inclusive envolvendo o ensino da Sociologia, tais como Cigales (2014a; 2019a), Meucci (2017), Daros e Pereira (2015), Bodart e Silva (2019) e Silva e Bodart (2019). Contudo, tais abordagens, tomando as ações e estratégias dos agentes como projetos, não evidenciam com clareza que as estratégias também são resultados do *conatus*. Realizar a análise das ações dos intelectuais católicos sob

esse conceito nos possibilita uma leitura mais atenta para o fato de que as ações estratégicas não são apenas racionais, mas também motivadas por pré-disposições incorporadas, de uma potência que impulsiona os agentes sociais a criarem estratégias de preservação de seu ser social.

Dentre os novos contornos que a República implicou sobre a educação, aqui lançaremos luz à presença da Sociologia como disciplina no currículo secundário³⁴, intento que se iniciou com Rui Barbosa, ainda no Império, em 1882, sendo reforçado em 1890, por Benjamim Constant – positivista da Escola da Guerra –, mas que veio a efetivar-se de forma mais consistente nas escolas brasileiras a partir de 1925³⁵, com a Reforma Rocha Vaz e sua introdução obrigatória nos Ginásios e nas Escolas Normais. A Sociologia ganha neste estudo destaque por estar, na primeira metade do

³⁴ Com a reforma Capanema, de 1942, “ensino secundário foi organizado em dois ciclos: o ginásial, um curso de quatro anos, e o colegial, subdividido em dois cursos de três anos cada: o curso científico e o curso clássico. O primeiro destinava-se ao estudo das ciências, e o segundo, à formação intelectual. Com a intenção de desatrelar o ensino secundário do ensino universitário, a reforma de Capanema extinguiu os cursos complementares que preparavam para as carreiras superiores. [...] Em 1971, a lei nº 5.692, denominada Reforma Jarbas Passarinho, modifica a organização estrutural estabelecida pela Reforma Capanema. Assim, os primeiros oito anos de estudo, incorporando o primário e o ginásial, denominados de "primeiro grau", era obrigatório para estudantes na faixa etária de sete a quatorze anos. O "segundo grau", com três anos de duração, substituiu o ensino colegial nas suas diferentes divisões (científico, clássico, normal e técnico)” (MOTA, 2005, p. 94).

³⁵ Antes da Reforma Rocha Vaz, temos conhecimento da presença da Sociologia nas seguintes instituições de ensino: Gymnasio Amazonense (1893-1898), Escola Normal de Manaus (1883-1900), Atheneu Sergipense (1892-1912) e Gymnasio Paranaense (1892-[?]). Além dessas experiências, destacamos que em 1916 uma Lei introduziu a disciplina “Educação, moral, noções de Sociologia e Direito Usual” nas escolas normais do Rio de Janeiro (BODART; SILVA, 2019).

século XX, envolvida numa disputa discursiva entre intelectuais que defendiam uma Sociologia baseada no método científico, que se afastava das regras do campo religioso; e intelectuais católicos que visavam, em grande medida, conservar as concepções católicas de interpretação do mundo social, a partir de uma Sociologia que, até certo ponto, “conciliasse” os dogmas católicos com os pressupostos científicos.

Para fins didáticos, podemos destacar que desenvolveu-se no Brasil, ao menos, duas Sociologias: a Sociologia, como modo científico de explicação das situações sociais e existenciais (incluindo aqui as vertentes positivistas, socialistas, evolucionistas, etc), que se apresentava como concorrente das narrativas patriarcais e religiosas (FERNANDES, 1977), a qual denominaremos Sociologia Laica³⁶; e, a Sociologia Cristã. Embora estivesse denominada por seus idealizadores como Cristã, aqui a trataremos por Sociologia Católica, isso por ser a materialização de um esforço da Igreja Católica em se apropriar da Sociologia, adequando-a de forma a torna-se um saber colaborativo aos preceitos especificamente católicos.

Para além dessas duas concepções de Sociologias que se atrelam as disputas no campo político e educacional, cabe destacar que outros grupos de intelectuais também estão presentes na constituição do campo educacional brasileiro, como os integralistas e socialistas que organizaram-se de diferentes formas para angariar o espaço da política institucional. Porém, nos atemos a discussão da Sociologia Católica por entendermos que o espaço educacional institucionalizado (criação, gestão e mantimento das instituições

³⁶ No sentido de não estar filiada à instituições religiosas ou ao serviço de seus ideais.

escolares) estava, até então, sob o domínio predominante dos católicos, refletindo na polissêmica e vasta produção de fontes (boletins, revistas e manuais escolares) que evidencia a luta político-educacional entre os intelectuais católicos e renovadores que buscavam imprimir, cada um a seu modo, as diretrizes educacionais para o país.

Como destacou Mueller (2015), nos anos de 1930 a Igreja estimulou a organização de católicos ativos para intervir na sociedade, fortalecendo as demandas políticas da Igreja diante do Estado. O reconhecimento, em discussão na época, da importância da Educação para a transformação ou manutenção de uma sociedade colocou as reformas educacionais, os currículos e conteúdos escolares no centro dos interesses da Igreja.

Nesse contexto, para a Igreja disputar pela narrativa dos fenômenos sociais nos espaços escolares era necessariamente concorrer com a Sociologia Laica que começava a chegar aos estudantes do ensino secundário por meio do currículo e de manuais escolares (CARVALHO, 2003; DAROS, PEREIRA, 2015; SILVA; BODART, 2019). Assim, “ambos os grupos [católicos e escolanovistas] intentavam normatizar as práticas escolares e promover mudanças na mentalidade dos professores, assegurando o controle da orientação doutrinária do sistema educacional” (ROSA; TEIVE, 2018, p. 289).

É nesse cenário que objetivamos evidenciar as lutas no campo educacional brasileiro travadas entre intelectuais católicos e laicos nas décadas de 1920 a 1950 que envolveram a Sociologia escolar, tendo como foco principal as ações da Igreja Católica e de seus intelectuais. Partimos da hipótese de que frente a tendência de perda de espaço no campo educacional, essa instituição religiosa, por meio de seus intelectuais, colocou em prática diversas ações

que visavam a conservação de sua influência na formação educacional dos secundaristas brasileiros, inclusive por meio das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional. Nossa abordagem dar-se-á a partir dos conceitos bourdieusianos de campo, *habitus* e, principalmente, *conatus*; os quais apresentaremos em seção posterior.

O recorte temporal aqui adotado contempla a data de publicação do primeiro manual de Sociologia Católica (1926) e do último da primeira metade do século XX, em 1946. Além disso, a primeira metade do século é palco do acirramento das disputas que aqui buscamos evidenciar.

Este texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira trazemos um breve esboço dos conceitos que nortearão nossas reflexões. Na segunda parte apresentamos algumas das ações institucionais da Igreja Católica para preservar suas influências sobre o sistema educacional brasileiro. Na terceira parte, o foco dá-se sobre as atuações de intelectuais católicos sobre o ensino de Sociologia na escola secundária, mais especificamente por meio da prática de ensino e da produção de manuais de Sociologia.

É sob o conceito de *conatus* que buscaremos compreender as ações da igreja Católica e de seus intelectuais que estavam imersos numa disputa pelo direito de determinar as regras do campo social em produção: o campo educacional brasileiro. Influenciado por Pierre Bourdieu, optamos pela noção de *conatus* – para designar as ações no campo educacional dos intelectuais católicos –, ao invés de “projeto”, para evitar induzir o leitor a entender de que há sempre uma intenção consciente dos indivíduos, como a palavra projeto pode evocar. Acreditamos que o conceito de *conatus*, nos auxilia na compreensão do senso prático dos intelectuais católicos que buscaram influenciar a disciplina de Sociologia presente nas escolas

secundárias brasileiras naquele período. Por senso prático entendemos como sendo um sistema adquirido de preferências, de classificações e de percepção (BOURDIEU, 2011a). Tal conceito nos ajuda a compreender que os agentes são dotados de predisposições relacionadas as suas experiências no interior de um ou mais campos sociais.

1 O *conatus* como chave interpretativa para ações de manutenção do *status quo*

Dentre os escritos de Bourdieu, o termo *conatus* aparece inicialmente no texto “Les contradictions de l’héritage”, presente na obra “La misère du monde” (1993). Bourdieu esclarece aos leitores que a palavra “projeto” era insuficiente para descrever as predisposições e interesses dos agentes, isso por transmitir a ideia de plena consciência e racionalidade. Por isso passou a utilizar a palavra entre aspas, quando não empregando o termo *conatus*. Em uma nota de rodapé, assim registrou: “para evitar a lógica da intenção consciente evocada pela palavra projeto, falar-se-á de *conatus*” (BOURDIEU, 2015, p. 260). Trata-se de uma combinação das disposições e dos interesses associados a uma posição social que inclina os agentes ao esforço de reproduzir as propriedades constitutivas de sua identidade social, sem necessariamente ter consciência ou querer fazê-lo (BOURDIEU, 2011b).

O conceito de *conatus* nos é útil para compreendermos os impulsos dos agentes sociais à manutenção de seus capitais simbólicos e seu poder no interior de um dado campo social. Como disse Bourdieu:

Evidentemente, o pressuposto de tudo o que eu avanço a respeito dos modos de reprodução é que o poder é animado por uma espécie de *conatus*, para falar como Spinoza, de uma tendência a se autoperpetuar, de uma tendência a perseverar no existir. [...] Esse *conatus*, que é o movimento permanente pelo qual o corpo social é sustentado, leva os diferentes corpos que detêm o capital a se enfrentarem e a instalarem os poderes que detêm nas lutas destinadas a manter ou a aumentar esse próprio poder (BOURDIEU, 2014, p. 478).

Na obra *Razões Práticas* (2011a [1994]), o termo aparece da seguinte forma:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 2011a, p. 35-36).

Destacamos que o termo *conatus*, como utilizado por Bourdieu, expressa uma potência à preservação do poder que orienta algumas estratégias que possibilite sua conservação. Importante frisar que o *conatus* está associado à predisposições e prenoções incorporadas pelos agentes sociais (corpos animados) que orientam suas percepções do mundo social e suas práticas, a fim de preservar e transmitir uma herança (material e/ou simbólica). Não se resume a preservação de uma natureza física, material e/ou objetiva, como um patrimônio, uma organização, antes o seu sentido agrega também os valores, as crenças e os sentimentos envolvidos. O *conatus* relaciona-se a um “projeto” que dê continuidade de uma estrutura material e simbólica, entendida com algo de importância íntima, como no caso do *conatus* de pai que orienta suas ações à transmissão

de um conjunto de elementos materiais e simbólicos ao filho como herança. Enquanto que o termo projeto evoca quase sempre a ideia de que o impulso dos agentes é orientado pelo (e para) o futuro, o *conatus* é uma espécie de potência que se origina e se orienta pelo passado que visa a manutenção de uma dada situação ou disposição social. Nogueira (2017, p. 125), definiu esse conceito como “uma tendência inconsciente dos agentes, ao longo de sua trajetória de vida, a manter sua disposição no espaço social”.

Observamos que Bourdieu dialoga com Baruch Spinoza ao utilizar do conceito de *conatus*. Nesse sentido – sem nos remeter a uma espécie de exegese –, *conatus* estaria ligado a uma potência de ação do agente em direção ao que lhe traz satisfação, estando ligada a sentimentos de afetos, desejo de permanência e aprimoramento, a fim de buscar estratégias para a reprodução da ordem social (MEDEIROS, 2017).

Outra característica do *conatus* é o fato de ser estruturador, ao mesmo tempo que é estruturado. Como destacou Lordon,

O *conatus* também está estruturando, ou seja, produtor de estruturas, porque as estruturas são o produto da composição de uma infinidade de ações passadas [...] que eram elas mesmas as expressões de uma infinidade de esforços para perseverar nesta ou naquela forma do ser social, múltiplos esforços passados que são, por assim dizer, cristalizados nas estruturas, a partir dos quais contribuem para determinar o presente estado (LORDON, 2003, p. 123 Tradução nossa).

Não estamos com isso querendo afirmar que os agentes atuam apenas por conta dessa potência interior que se relaciona com o passado, antes reconhecemos que as práticas sociais, além de serem determinadas a partir das pulsões resultantes de suas incorporações de experiências sociais anteriores que impelem o

indivíduo a investir em uma dada ação, são também impelidos por fatores exteriores, a partir de um universo particular socialmente oferecidos que pode levar o agente social a investir na ação (BOURDIEU, 2015, p. 265). Nesse sentido, “a marca do *conatus* é que as pessoas ajustam suas expectativas subjetivas para se encaixarem com suas chances objetivas” (FULLER, 2018, p. 226).

Assim, o *conatus*, enquanto potência incorporada, seria resultante de um *habitus* produzido no interior de um dado campo social, estando relacionado a busca por reprodução social e por ser a mola da ação - despertador do *habitus* – que visa a satisfação ligada aos sentimentos de afetos, do desejo de permanência e transmissão de uma herança social a outros agentes. Por *habitus* entendemos o “[...] sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191). Em alguma medida *habitus* está relacionado ao *conatus*, estando esse associado a uma combinação de disposições que levam os agentes a se esforçarem para reproduzir, sem ter necessariamente consciência disso, as propriedades constitutivas de sua identidade social (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu volta a usar o conceito de *conatus* na obra “Meditações Pascalianas” (2001, p. 186), afirmando que “as estratégias de reprodução engendradas por ele constituem uma das mediações por meio das quais se realiza a tendência da ordem social a perseverar no ser”. Nessa mesma obra relaciona-o

[...] à existência [por parte dos agentes sociais] de mecanismos de tendências a reproduzir as estruturas das probabilidades objetivas [e, em alguma medida], à lógica da reprodução social, as regularidades e as regras da

transmissão dos poderes e privilégios, que constitui a condição de permanência da ordem social” (BOURDIEU, 2001, p. 262-263).

Bourdieu (2015) utilizou o conceito de *conatus* para demonstrar a transmissão da herança familiar, entendido como espécie de “projeto familiar”, marcado pelo esforço – consciente ou não – de garantir a perpetuação da tendência de reproduzir os valores da família, garantir a sua preservação. No caso específico deste artigo, tomamos os agentes católicos como os responsáveis por garantir a perpetuação da tendência de reproduzir os valores cristãos, ou seja, o *conatus* católico.

Importa destacar que o *conatus* não se limita as relações domésticas, mas ao mundo social em geral. Como destacou Bourdieu,

De fato, o mundo social é dotado de um *conatus*, como disseram os filósofos clássicos, de uma tendência a perseverar no ser, de um dinamismo interno, inscrito ao mesmo tempo nas estruturas objetivas e nas estruturas "subjéctivas", nas disposições dos agentes, e continuamente preservados e sustentados pelas ações de construção e reconstrução das estruturas que, em princípio, dependem da posição ocupada nas estruturas por quem as realiza (BOURDIEU, 2002, p. 1. Tradução nossa).

Nesse sentido, o conceito de *conatus* nos parece esclarecedor para a compreensão da tendência dos intelectuais católicos em se esforçarem para reproduzir a identidade social católica e o capital simbólico da Igreja Católica num contexto de ameaças provocadas pelas mudanças em curso no Brasil da primeira metade do século XX. A Igreja precisava manter seu capital simbólico para garantir sua influência na educação formal, assim como, se resguardar e atacar os discursos sociais produzidos pelas correntes de pensamento positivista, liberalista e socialista, que colocavam em xeque sua

legitimidade enquanto instituição social. Além disso, era necessário reproduzir o seu *conatus*, ou seja, o esforço em reproduzir condições para que fossem reeditados por outros como herança social. Como bem destacou Bourdieu (2015), a transmissão da herança (material e simbólica), em certa medida, depende das instituições de ensino, que podem ou não contrariar ou se opor ao *conatus* dos pais dos alunos, assim como a formação de suas identidades. Por esse motivo, a escola é um espaço que a Igreja Católica julgava que deveria confirmar o seu *conatus*, por isso a disputa por seu controle. A escola era tida pela Igreja como um espaço ideal para reproduzir o *habitus* católico.

A Igreja Católica sabia que a manutenção de sua distinção no campo político e cultural dependia da manutenção de seu estoque de capitais simbólicos valorizados no campo educacional que, consequentemente, lhe daria condições de orientar o que seria ensinado nas escolas. Os intelectuais católicos pareciam ter consciência, como bem destacou Bourdieu (2011a), que a posição de um agente social no campo não depende apenas da dimensão econômica, como também do volume de outros capitais simbólicos específicos, tais como o capital cultural, social e o político, assim como a evolução/manutenção de volume no tempo; o que não significa que suas ações fossem sempre conscientes, o que nos leva a considerar o conceito de *conatus* mais apropriado do que o de “projeto”. Assim, inseridos na estrutura social, cujas posições dependem do seu capital, os agentes se veem compelidos a desenvolver estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições e dos capitais simbólicos que possuem (BOURDIEU, 2004, p. 29), o que parece ter acontecido com os intelectuais católicos. Vale destacar que,

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Assim, o campo social é marcado pela luta por capitais simbólicos que determinam as posições dos agentes sociais no seu interior. Por campos sociais entendemos espaços relativamente autônomos, constituídos por regras próprias e dotados de capitais simbólicos conhecidos e valorizados em seu interior (BOURDIEU, 2003; 2011a), sendo “lugares de relação de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p.27).

A Igreja Católica, como buscaremos demonstrar mais adiante, objetivava, na primeira metade do século XX, manter sua distinção no interior do campo educacional brasileiro que estava em processo de configuração. Parte desse intento dava-se a partir de intelectuais cujo *conatus* os levou a tentar influenciar o currículo escolar e a legislação educacional a fim de manter às futuras gerações uma herança simbólica transmitida pelos agentes católicos. É a partir da consideração de que o *conatus* é marcado pela prática dos sujeitos que ajustam suas expectativas subjetivas para se encaixarem com suas chances objetivas, que entenderemos como a Igreja Católica buscou se aproximar da Sociologia escolar, àquela que originalmente se opusera as suas formas de interpretar o mundo social, uma vez que em casos de fracasso das expectativas, o *conatus*, em alguma medida, é ajustado ao mundo social; uma vez que além de ser uma estrutura estruturante, também é estruturado pelas experiências exteriores do presente.

Nos apropriamos do conceito de *conatus* dado sua capacidade de desvelar as ações da Igreja Católica e o senso prático de seus intelectuais. Como bem destacou Fuller,

Há pelo menos duas vantagens sociológicas óbvias nesse conceito que Bourdieu explorou. Primeiro, o *conatus* dota as pessoas de certas propensões, através do *habitus* acumulado nelas, que evoluem para projetos de vida pessoais. [...] Segundo, o *conatus* sugere que podemos ter a permissão de agir de certos modos e ser reconhecidos por outras pessoas como possuidores dessas capacidades, mesmo sem muita premeditação do agente e independentemente de seu projeto de vida declarado (2018, p. 229-230).

Em se tratando da manutenção de princípios religiosos a noção de *conatus* nos parece mais produtivo do que o de projeto ou ideologia (em suas diversas variações), pois a partir desse conceito é possível explicitar os fatores afetivos envolvidos nas ações dos intelectuais católicos e a relação entre seus *habitus* e a realidade objetiva que se impunha naquele momento.

2 O *conatus* católico e a ações institucionais: sinais de contrarreforma educacional?

O *conatus* católico é marcado pelo desejo dos agentes sociais em transmitir os valores religiosos de uma geração a outra, semelhante ao exemplo dado por Bourdieu (2015) ao apresentar a preocupação do pai em relação aos seus filhos e a manutenção – simbólica – da família ao longo das futuras gerações. Não basta apenas transmitir ao crente os dogmas e preceitos católico, é necessário que o novo convertido desenvolva uma predisposição a transmitir a outros agentes tais dogmas e preceitos, garantindo a manutenção hereditária do catolicismo. Essa potência se desenvolve a partir da

socialização cotidiana do convertido, baseado em ensinamentos que afirmam ser o crente um mensageiro e um obreiro da obra de Deus que precisa levar/difundir a palavra/ensinamentos de Cristo. Podemos citar um trecho de seu livro religioso, a Bíblia Cristã, que norteia a prática dos crentes: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura”. A produção de um *conatus* católico dar-se se por meio da leitura da Bíblia Cristã, tida como livro orientador de práticas, crenças e representações, que perpassam os rituais de sacramento, pregação e conversão de indivíduos ao cristianismo.

O catolicismo é marcado pelo proselitismo, o que nos leva a compreender que os agentes católicos tendem a ser dotados de uma potência a agir em prol da manutenção do grupo social e de seus preceitos, ou seja, portadores de um *conatus*. É justamente isso que impulsionou os agentes sociais, em nome da Igreja, a desenvolver estratégias – conscientes ou não – para a preservação do capital simbólico católico e a reprodução do próprio *conatus*, o qual garantiria a sua manutenção, enquanto grupo social religioso, pelas gerações posteriores.

As ações institucionais levadas a cabo pela Igreja Católica no espaço cultural e educacional nos remete aos anos 1920, com a criação do "Centro Dom Vital" e da Revista "A Ordem"³⁷, que

³⁷ Para Riolando Azzi (1977, p. 68) os nomes dos dois principais empreendimentos da Igreja nesse período (A Ordem e o Centro Dom Vital) são bastantes significativos do que buscava-se estabelecer no país. A palavra “ordem” evoca o lema da República “Ordem e Progresso”, estampado na bandeira brasileira, de sabor positivista. Em face dos movimentos revolucionários que começam a se manifestar, os católicos, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, levantam a bandeira da Ordem. A religião deve constituir um elementos de ordem na nação, em face dos movimentos considerados anárquicos. O nome “D. Vital” lembra o caráter combativo do bispo de Pernambuco na defesa dos direitos da Igreja contra as pretensões do regalismo imperial e contra o poder da maçonaria. A

posteriormente impulsionam o desenvolvimento das Faculdades Católicas, projeto embrião da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na década de 1940. É importante salientar que as estratégias e motivações dos líderes católicos visavam, sobretudo, converter ao catolicismo a camada das elites letradas na busca por fortalecer os interesses católicos a partir de porta-vozes leigos e clericais, tais como: o padre Leonel Franca³⁸, Jackson de Figueiredo³⁹ e Alceu Amoroso Lima⁴⁰.

Destaca-se que a Igreja Católica foi concebida como a cristalização da estabilidade e da ordem na Idade Média, simbolizava, portanto, o ideal a ser restaurado. Vários acontecimentos vinham abalando a estrutura de poder da Igreja, dentre as quais podemos

restauração Católica seria, portanto, implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo.

³⁸ O padre Leonel Franca (1893-1948) foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio em 1947 e seu primeiro Reitor. Conforme Skalinski Junior (2015, p. 57) “[...] Franca fazia parte de um novo tipo de catequista, com formação para atingir jovens cultos, naquilo que dizia respeito a suas dúvidas existenciais e religiosas, por meio de respostas inteligentes, estruturadas e ligadas às questões emergentes do mundo de então”.

³⁹ Jackson de Figueiredo Martins (1891- 1928) exerceu grande influência na conversão de Alceu Amoroso Lima para o catolicismo, tendo participado da criação do Centro Dom. Vital e da Revista A Ordem, dois empreendimentos, posteriormente relevantes, na congregação dos intelectuais católicos que atuaram na reconstrução pedagógica e política da Igreja no país.

⁴⁰ Alceu Amoroso Lima (1893-1983), um dos principais expoentes da Sociologia Católica no país (CIGALES, 2019a), exerceu a função de crítico de *O Jornal* em 1919, onde adotou o pseudônimo Tristão de Athaide. Foi reitor da UDF, antes da sua extinção em 1937. Atuou como catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia. Foi um dos fundadores da PUC do Rio de Janeiro e diretor de assuntos culturais da Organização dos Estados Americanos. Ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras, inclusive na Sorbonne e nos Estados Unidos. Publicou dezenas de livros, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1935. Teve suas obras traduzidas para outros idiomas, como espanhol e francês.

destacar: a) a Reforma luterana, ocorrida a partir do século XVI; b) as ideias filosóficas de Descartes que promovem a supremacia à dúvida e à razão; c) a Revolução Francesa, que com seus lemas de igualdade e liberdade, afetava a harmonia vigente e estimulava, do ponto de vista católico, a licenciosidade e a desordem. Para Salem (1982) esses movimentos são apontados como as origens da crescente laicização da sociedade e do Estado, fator que explicaria todas as crises modernas. “Segundo essa perspectiva, o Estado liberal - personificando o liberalismo e o individualismo hipertrofiados contra a ordem - teria como epílogo inevitável a implantação do Estado Comunista” (SALEM, 1982, p. 105).

Assim, Jackson de Figueiredo e seus pares se utilizaram desta perspectiva para iniciar o movimento de ação católica, pois tinham como verdade que a resolução dos problemas sociais e das revoluções que se espalhavam pelo mundo e, conseqüentemente, pelo Brasil, demandava uma reação espiritual. Sustentando que o fortalecimento da nacionalidade era dependente de um substrato moral comum entre os indivíduos e identificando a nacionalidade brasileira com os valores católicos, o grupo ao redor de Figueiredo defendia a disseminação da doutrina cristã como a única forma eficaz para combater o pluralismo político, sem o que seria impossível restabelecer a unidade e a ordem no país (SALEM, 1982).

No campo educacional, que se formava a partir dos anos de 1920, duas ações se apresentavam relevantes para a formação católica. A primeira é referente à Educação Superior, pois há uma urgência de socialização das elites dirigentes segundo os dogmas católicos. Os artigos publicados em "A Ordem", assim como alguns manuais e livros de Sociologia publicados por autores católicos, entre os anos 1920 e 1940 (CIGALES, 2019a), insistem na perfeita compatibilidade entre ciência e fé, glorificando a Filosofia

tomista como o único conhecimento em oposição aos postulados materialistas e positivistas, acusando, em alguns casos, de distorcem os princípios da própria ciência.

A segunda questão, refere-se a tentativa dos católicos de inserir o ensino religioso na escola básica na revisão constitucional do governo Bernardes, entre 1924 e 1926, contudo, sem efeitos práticos (SALEM, 1982). Tal fracasso denota que o grupo católico, na Primeira República, não se constituía ainda num ator suficientemente expressivo a ponto de conseguir impor seu programa na esfera de decisões políticas. Questão que tomará outras dimensões na década de 1930 e 1940 com a maior polarização entre católicos e renovadores, a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), momento em que há uma convergência e proximidade entre a Igreja e o governo de Getúlio Vargas, e de forma mais explícita com a gestão do ministro da Educação Gustavo Capanema, como aponta Schartzman, Bomeny e Costa (2000).

Cabe destacar que D. Leme, na inauguração da estátua do Cristo Redentor em 1931, advertiu que “O nome de Deus está cristalizado na alma do povo brasileiro. Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado” (LEME, 1931 *apud* SALEM, 1982, p. 111). Tal discurso teve efeito nas futuras negociações com Getúlio Vargas, pois, a partir daí consolidase uma nova relação entre os poderes político e religioso; passando de uma situação de separação e desunião para uma relação de cooperação progressiva. Destaca-se que tal aliança foi possível pelo fato da Igreja estar de acordo com a ideologia autoritária e paternalista então em funcionamento. Por um lado, a Igreja seria um forte aliado contra as ideias comunistas que assombravam o Estado, e por outro, tal aliança poderia trazer ganhos específicos,

como a reintrodução do ensino religioso e a não legalização do divórcio.

As ações católicas a partir de então se desenvolvem no sentido pedagógico e político. Em fins de 1931, são iniciadas as atividades da Associação dos Professores Católicos, sob a direção do Padre Franca e de Everardo Backhauser, que visava a reunião de professores católicos na discussão de problemas pedagógicas e no planejamento de propostas de ação. Logo após, em 1933, a Associação já tinha se organizado nacionalmente com a criação da Confederação Brasileira de Educação (CCBE), instituição que ganha força com a saída dos Católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE) criada na década anterior. Naquele momento, a CCBE, promovia vários cursos e congressos com o objetivo de formular uma política educacional com base na doutrina cristã, buscando com isso transmitir o *conatus* católico. Vale destacar que a participação dos agente católicos ocorria quase sempre motivada por valores, pelo *conatus* incorporado.

Também nesse período, é relevante destacar o surgimento da Associação dos Universitários Católicos do Rio de Janeiro, em 1929, que visava congregar a juventude universitária ao redor dos preceitos da Igreja. Seu estatuto anunciava como objetivo: “a) completar a instrução e a educação religiosa de seus membros; b) preparar católicos militantes tanto na vida particular quanto na vida pública; c) coordenar as forças vivas da mocidade brasileira a fim de ser restaurada a ordem social cristã no Brasil” (SALEM, 1982, p. 122). Essa identidade destacava o propósito de trabalhar em completa submissão à ortodoxia da Igreja Católica e às autoridades eclesiásticas.

Em maio de 1932 é criado o Instituto Católico de Estudos Superiores, que teve a frente Alceu Amoroso Lima, como

idealizador e fundador, Sobral Pinto⁴¹ como diretor e, o Padre Franca como membro do corpo administrativo e docente. Para Salem (1982), o instituto estabeleceu, no seu início três disciplinas obrigatórias: Sociologia, Filosofia e Teologia; e mais três optativas: introdução ao Direito, Matemática e Biologia.

As cadeiras ministradas e as próprias pesquisas sociológicas desenvolvidas pelos alunos procuravam seguir os cânones metodológicos universalmente aceitos mas, procurava-se fundamentar os conhecimentos no paradigma cristão de ciência. Enfatizava-se a perfeita compatibilidade entre ciência e fé como dois aspectos de uma única verdade, e também entre a ação católica e as ciências sociais, sugerindo-se a sociologia como o meio para concretizar tal cooperação. Em suma, a ciência passa a ser visualizada como o esteio intelectual para a ação católica e, por conseguinte, instruir os alunos era, paralelamente, prepará-los para a atividade militante (SALEM, 1982, p. 123).

O Instituto Católico de Estudos Superiores foi o embrião das Faculdades Católicas e que orientou, na década de 1940, o desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Alceu Amoroso Lima e o Padre Franca desempenham papel fundamental nesse processo, pois foram eles que organizaram a fundação da Sociedade Civil, mantenedora da universidade, desenvolvendo uma ampla campanha financeira com o objetivo de angariar fundos para o início dos trabalhos da pioneira universidade católica. Em outubro de 1940, o Conselho Nacional de Educação autorizou o funcionamento dos cursos de bacharelado da Faculdade

⁴¹ Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) formou-se em Direito em 1918 na Faculdade Nacional de Direito, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participava ativamente do círculo dos intelectuais católicos e assumiu, em 1932, a direção do Instituto Católico de Estudos Superiores.

de Direito, e dos sete cursos da Faculdade de Filosofia (Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Neogermânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia) (BRASIL, 1940, Decreto n. 6.409).

Em 1946, a Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro, criada em 1937, foi agregada às Faculdades Católicas, completando o número de unidades que requeria a legislação oficial para a criação de uma universidade. Assim, em março daquele ano surgia a primeira universidade privada no país, que no ano seguinte recebe o título de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (SALEM, 1982).

As ações empreendidas pelos católicos não estiveram restritas à criação de um sistema universitário, principal aparato de busca de legitimidade para as ações da Igreja no campo científico, mas também no combate sistemático aos empreendimentos de igual porte, promovidos pelos seus principais rivais: o grupo dos Pioneiros da Educação Nova, dos quais podemos citar: Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971) e Lourenço Filho (1897-1970). Esses intelectuais, assim como vários empreendimentos postos em jogo por eles serão rechaçados em sua base, tal como a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Anísio Teixeira e extinta em 1937 por força do grupo católico (SCHWARTZMAN, BOMENY; COSTA, 2000).

Dado o contexto de disputas pelo monopólio do discurso legítimo sobre o mundo social, podemos dizer que o *conatus* dos intelectuais católicos caminhava em direção a uma restauração de uma ordem social em que a Igreja era a principal instituição, senão a única, capaz de ditar as regras do jogo cultural, político e educacional. Isso corresponde a dizer que outras correntes teóricas e filosóficas que visavam compreender e explicar o funcionamento do

mundo social deveriam ser combatidas em vista da única e verdadeira explicação: aquela oferecida pela Igreja por meio do cristianismo. Tendo esse cenário em questão, podemos nos perguntar: como a Sociologia, concebida em contraponto às ideias da Igreja (positivismo e funcionalismo) foi incorporada no discurso católico sobre o mundo social?

3 O *conatus* católico e o ensino de Sociologia no Brasil

Como bem destacaram Azevedo, Agliardi e Tabac (2019), a proposta de uma escola laica e republicana ganhou fôlego no fim do século XIX, na França, com a Sociologia de Émile Durkheim; debate que visava afastar a Igreja Católica da escola. Esse movimento angariou força no Brasil a partir dos anos de 1920⁴², sendo a Sociologia *locus* dessa discussão. A Igreja Católica, com isso, se deparava com um cenário de ameaças à manutenção de sua presença nas escolas. Por isso, suas ações passaram a ser, por um lado, de resistência aos defensores da escola laica e, por outro, de buscar, em alguma medida, adaptar-se ao Brasil que se redesenhava⁴³; ambas ações resultantes de seu *conatus* – *potência* à auto preservação.

⁴² Já nos anos entre 1899 e 1900 Paulo Egydio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, introduzia o pensamento de Émile Durkheim ao Brasil por meio de diversas publicações e oferecimento de cursos livres de Sociologia em diversas Faculdades de Direito no Brasil, especialmente em São Paulo (CHACON, 1977).

⁴³ Um caso de significativa adaptação – embora não representando a instituição católica - foi o pensamento de Everardo Backheuser, intelectual que se converteu ao catolicismo e optou por apresentar uma “terceira via” que se colocava entre os escolanovistas e os demais intelectuais católicos, apresentando uma “Pedagogia Escolanovista Católica” (ROSA; TEIVE, 2018). Para conhecer mais a proposta de Everardo Backheuser para a Educação brasileira ver Rosa e Teive (2018).

O esforço dos intelectuais católicos, como foi destacado na seção anterior, “envolvia um grande projeto eclesial de adequação do mundo católico aos tempos modernos, sem perder a essência da fé cristã e da doutrina Católica” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 3). Em outros termos, tratava-se de um ajuste entre expectativas subjetivas e as chances objetivas de manutenção da doutrina católica, resultante do seu *conatus*. As Reformas Benjamim Constant, em 1890⁴⁴, Rocha Vaz, em 1925, e Francisco Campos, em 1931, apontavam para a obrigatoriedade da Sociologia no ensino secundário (MACHADO, 1987), de modo que sua presença nas escolas parecia ser incontestável a partir de 1925, quando passou a ser ofertada no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (1925) e nas demais escolas equiparadas, assim como nas Escolas Normais e nos cursos complementares das escolas brasileiras. Nesse sentido, os intelectuais católicos precisaram adequar-se às condições daquele momento. Ao invés de optar pelo boicote à presença da Sociologia nas escolas, os seus intelectuais, por incentivo institucional, investiram na disputa pelo direcionamento dos conteúdos e abordagens ensinados nessa disciplina; esforço que se materializou na produção e tradução de compêndios católicos de Sociologia e de Sociologia Educacional que orientassem a prática docente e contribuíssem para a formação de professores do ensino primário.

Assim, a produção e tradução de manuais foram resultantes de um processo de reestruturação/adaptação do *conatus* católico, um ajuste ao mundo social, sem, contudo, abandonar as

⁴⁴ Ainda que a lei exigia a presença da Sociologia no ensino secundário, a disciplina acabou sendo ofertada em poucas escolas, sendo a Lei completamente modificada em 1897, momento que a Sociologia, que figurava como disciplina junto com Moral, foi excluída do currículo. Será com a Reforma Rocha Vez que efetivamente passará a configurar o currículo escolar.

experiências anteriores e a potência que conduzia os agentes sociais católicos à preservação e à transmissão às futuras gerações do passado incorporado – em forma de *habitus*.

Nesse sentido, as regras do campo intelectual que se redeseenhavam no Brasil passaram a ser conhecidas e reconhecidas pela Igreja Católica, aderindo, em alguma medida, a lógica das disputas, visando garantir sua distinção social e, conseqüentemente, as condições de orientar essas mesmas regras. Ter capacidade de direcionar as futuras gerações por meio da educação formal era um capital simbólico que a Igreja católica estava disposta a preservar e acumular, levando seus intelectuais a práticas que não se resumem a atos conscientes e racionalmente planejados, mas também resultantes do *conatus*.

A produção de manuais de Sociologia e de Sociologia Educacional, motivada pelo *conatus* católico, foi uma das formas encontradas por seus intelectuais de propagandear a Sociologia Católica, ao mesmo tempo que transmitiam aos alunos uma herança católica que se caracterizava em uma forma específica de interpretar os fenômenos sociais, bem como subsidiar a formação dos futuros docente a partir de seus preceitos religiosos, o que seria fundamental para incorporar nesses agentes a pulsão em “pregar o evangelho a toda criatura”, garantindo a manutenção do “projeto católico”.

Dentre os intelectuais católicos que se mobilizaram para produzir compêndios de Sociologia e/ou de Sociologia Educacional estão Theobaldo Miranda Santos, Alceu Amoroso Lima, Francisca Peeters, Amaral Fontoura, Guilherme Boing e Severino Sombra. Tratava-se de um *conatus* voltado a garantir a manutenção do lugar da Igreja Católica na explicação dos fenômenos sociais. No quadro 1 destacamos os compêndios católicos de Sociologia e Sociologia Educacional publicadas no Brasil ou traduzidas para o Português

que de algum modo estiveram presentes nas escolas brasileiras na primeira metade do século XX.

Quadro 1 - Compêndios de Sociologia presentes no Brasil produzidos ou traduzidos para o Português por intelectuais católicos (1926-1947)

Ano	Nome do autor	Nome do manual
1926	A. Lorton	Sociologia
1931	Tristão de Athayde*	Preparação à Sociologia
1932	Henry du Passage	Noções de Sociologia
1935	Francisca Peeters	Noções de Sociologia
1938	Padre Guilherme Boing	Sociologia Cristã. Vol. I
1939	Padre Guilherme Boing	Sociologia Cristã. Vol. II
1940	Amaral Fontoura	Programa de Sociologia
1940	Amaral Fontoura	Introdução à Sociologia
1942	Padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva	Introdução à Sociologia
1947	Theobaldo Miranda Santos	Noções de Sociologia Educacional
1947	Raymond Murray	Introdução à Sociologia

Nota: *Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.

Fonte: Elaboração própria.

Bodart e Silva (2019), ao comparar alguns manuais produzidos por intelectuais católicos (Madre Francisca Peeters e Alceu Amoroso Lima) e por intelectuais laicos (Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo), destacaram que nas obras católicas os esforços em legitimar o tipo de Sociologia que apresentavam eram mais explícitos, tendo as disputas ideológicas maior centralidade quando comparada aos compêndios de Sociologia Laica.

A obra “Sociologia”, de A. Lorton, foi originalmente publicada na França, sob o título “Notions de Sociologie”, e três anos depois, em 1926, foi traduzida para o Português, publicada pela editora Livraria Alves. No Brasil, a obra passou por adequações pedagógicas, sendo organizada em pequenos parágrafos e inserido aspectos da realidade brasileira (CIGALES, 2019a). Trata-se do primeiro manual de Sociologia Católica a circular nas escolas secundárias no país. Nota-se com isso a rápida respostas dos intelectuais católicos frente à introdução da Sociologia na escola, fato ocorrido um ano antes, em 1925. Inclusive, a própria obra faz menção e defesa da introdução da Sociologia nas escolas, sendo assim registrado: “Em boa hora, lembraram-se, os dirigentes da sociedade brasileira, de incluir, no rol das disciplinas do curso secundário, a Sociologia” (LORTON, 1926, p. 3). É notório que não há, nessa obra, uma oposição à presença da Sociologia nas escolas, contudo, observa-se a defesa de um tipo específico de Sociologia: a Católica.

O livro deixa claro seus objetivos já no prefácio assinado por Heitor Raphael Quillet, Bispo de Lille, e João Chollet, arcebispo de Cambrai. Esse, sob o título de “Voz dos Bispos”, traz um conjunto de 31 parágrafos que abordam as diretivas sociais sobre as questões morais e religiosas. A obra contém um apêndice que evidencia ainda mais seu viés ideológico, o qual foi produzido pelo padre August Philippe, tendo sido denominado “Catecismo Cívico: Direitos divinos na ordem social. Jesus Cristo, Mestre absoluto” (LORTON, 1926, p. 241).

Fica manifesto que a obra de Lorton – e seu senso prático – visava apresentar uma contraposição à Sociologia positivista que se desenvolvia na França, o que já havia sido notado quando naquele país publicou sua obra. Assim,

[...] logo que publica "Notions de Sociologie" em 1923, [Lorton] recebe uma crítica na resenha da Revista L'Année Sociologique (1923/1924), escrita por R. Laubier do qual aponta que: "Este pequeno livro, que se passa por um manual de 'sociologia' elementar, é na realidade uma aplicação das doutrinas da Igreja e seus princípios morais e sociais" (LAUBIER, 1923, p. 209 *apud* CIGALES, 2019a, p. 194. Tradução nossa).

Como inferiu Cigales (2019a), “o manual de Lorton é desde suas primeiras páginas um Manifesto Católico, organizado e sistematizado para atender os interesses da Igreja em solo brasileiro”. Nesse sentido, seu tradutor, impulsionado por seu *conatus*, contribuiu com a Igreja Católica no intento de transmitir – via o ensino de Sociologia – sua herança simbólica, e disputar por distinção social no interior do campo educacional que se formava no Brasil.

O compêndio "Preparação à Sociologia" de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima)⁴⁵, publicado em 1931, pela editora “Schimidt, Editor”, embora não possuindo indicativo de ser destinado às escolas e nem apresentar estrutura típica de um manual escolar, tornou-se referência para outros manuais de Sociologia Católica (BODART; SILVA, 2019). Importa destacar que os autores católicos Fernando Callage, Amaral Fontoura e Francisca Peeters faziam referência a Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) como sendo o maior representante da Sociologia Católica no Brasil (CIGALES, 2019a). Sua obra estava inserida nos esforços da Igreja Católica – via o Centro Dom Vital – em se opor à Sociologia Laica.

⁴⁵ Amoroso Lima converteu-se ao catolicismo em 1928 por influência de Jackson Figueiredo, passando a partir de então publicar diversas obras de cunho religioso, contribuindo para o desenvolvimento da Sociologia Católica (DAROS; PEREIRA, 2015).

Alceu Amoroso Lima ao descrever a sua Sociologia Católica, a coloca como contraponto de outras correntes da época. Segundo ele,

A concepção cristã de sociologia, portanto, tendo uma base científica tão sólida quanto às demais (na melhor das hipóteses para estas), tendo a mesma nobreza de intenção temporal, que é o progresso social [...], excede, entretanto, de muito, a todas as demais no âmbito da sua concepção filosófica, que vence o unilateralismo que só vê uma face da realidade, e restaura a verdade em toda a sua plenitude. Eis porque motivo não hesito em proclamar que a sociologia cristã é a mais elevada, a mais científica e a mais completa das concepções sociológicas (ATHAYDE, 1942, p. 31).

A Sociologia Católica de Alceu Amoroso Lima, “diferentemente das outras [obras de Sociologia Católica], deixava claro seus postulados – reflexos de concepções construtivas de seu *conatus* –, sendo eles: “[...] a) a existência de Deus; b) a imortalidade da alma; c) a liberdade da vontade; d) a encarnação de Cristo” (ATHAYDE, 1942, p. 31 *apud* CIGALES, 2014a, p. 112).

A obra “Noções de Sociologia”, de Henry du Passage, é uma tradução da língua francesa, a qual também visava fortalecer o ensino da Sociologia Católica no Brasil. A obra “Sociologia Cristã, do Padre Guilherme Boing, publicada em dois volumes, é um esforço de compilação das ideias do sociólogo holandês e Bispo, S. V.Exa. Revma. D. João D. J. Aengenent (BOING, 1938, p. 13) e de sua divulgação no Brasil. Já a obra de Raymond Murray, “Introdução à Sociologia” é uma tradução do inglês (norte-americano)⁴⁶. Tais traduções evidenciam que a disputa católica pelos rumos da educação formal não era uma ação exclusivamente brasileira, tendo

⁴⁶ A obra foi traduzida por José Artur Rios, sociólogo brasileiro que atuou como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIGALES, 2014b).

sido instrumento de disputas ideológicas em outros países. Ainda que seja óbvio afirmar que todos os compêndios de Sociologia Católica tenham sido publicados por católicos, nos é forçoso chamar atenção para esse fato a fim de destacar que o senso prático que os levaram a produzir tais obras foi resultado do *habitus* adquirido no interior do campo religioso, mais precisamente um *conatus* que visava a preservação da moral cristã católica.

Meucci (2017) ao se debruçar sobre a obra “Noções de Sociologia”, da madre Francisca Peeters, a denominou de “catecismo sociológico”, isso por conta do *conatus* da autora que a levou transmitir os ideais católicos que constituíam seu senso prático. A mesma observação foi realizada por Oliveira e Gatti Júnior (2018) e Cigales (2019b) ao analisarem esse manual.

Vale destacar que o compêndio de Amaral Fontoura foi um dos mais utilizados no Brasil, disputando no mesmo período com as obras de Delgado de Carvalho, este representante da Sociologia Laica brasileira (GUELFY, 2001). Cigales (2014a, p. 67) ao analisar as obras de Amaral Fontoura identificou que “Introdução à Sociologia foi um aprofundamento do Programa de Sociologia com o objetivo de direcionar o livro ao ensino superior”, o que evidencia que o *conatus* do autor orientou suas ações para os níveis de ensino que passou a lecionar, o que contribuiu para fortalecer a influência católica também nesse nível de ensino.

O padre Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, em sua obra “Introdução à Sociologia” (1942) também voltou-se para o ensino superior. Nota-se que sua obra não traz, como nas demais obras de Sociologia Católica, marcas explícitas de seu *conatus* católico, talvez por conta das condições objetivas que se impunham ao ensino superior, as quais não estavam presentes no ensino secundário dos anos de 1940. Nesse sentido, seu *conatus* – resultante de sua relação

com a Igreja Católica – teria sofrido maior pressão do campo científico, levando-o a adaptar-se ao contexto, uma vez que, além de estruturante, é também estruturado (BOURDIEU, 2011a).

Importa ressaltar que alguns dos autores de compêndios de Sociologia Católica divulgaram suas concepções religiosas também por meio de obras voltadas a outras disciplinas, evidenciando que tratava-se do resultado de seu senso prático e do seu *conatus*. Por exemplo, além de ter publicado o compêndio Noções de Sociologia Educacional (1947), Theobaldo Miranda Santos produziu uma vasta obra⁴⁷, sobretudo voltada ao campo da Educação. Seu relacionamento com a Igreja Católica se iniciou em 1928, quando se converteu ao catolicismo por influência do seu amigo Alceu Amaro Lima.

Em síntese, ao nos referirmos à Sociologia Católica, podemos afirmar esta ter sido “[...] uma área de conhecimento que se dedicava, por um lado, à investigação da vida social e, por outro, à instituição de padrões de conduta cristãos adequados à conservação do equilíbrio social” (MEUCCI, 2001, p. 126) e que os compêndios de Sociologia e de Sociologia Educacional eram resultantes do *conatus* católico, ações motivadas pelo passado incorporado em forma de *habitus*. Tratavam-se de uma das ações católicas na busca a manutenção de seu passado que, por sua vez, pontenciava as ações no presente (naquele momento).

Os compêndios de Sociologia produzidos por intelectuais católicos entre 1926 e 1947 revelam o *conatus* de seus produtores cujo objetivo prático era reproduzir/preservar a herança simbólica da Igreja, o que dava-se por ser instrumentos de orientação da prática

⁴⁷ Faleceu aos 66 anos, em 1971, tendo produziu cerca de 150 títulos para o ensino primário, secundário e superior (ALMEIDA FILHO, 2008).

docente de Sociologia do ensino secundário e superior. É certo que os compêndios não foram os únicos direcionadores na prática docente, como evidenciaram Bodart e Marchiori (2016) ao analisar 10 provas discursivas de Sociologia aplicadas em 1935 em uma escola normalista pública e localizada do interior do Espírito Santo. Tal análise demonstrou que as práticas de ensino estiveram também direcionadas por documentos oficiais católicos, tais como a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Contudo, acreditamos que os compêndios devem ser considerados na pesquisa sobre a História do ensino de Sociologia, sobretudo se o intuito é compreender as disputas presentes entre as décadas de 1920 e 1950.

Se por um lado, os compêndios se apresentam como indicadores das Sociologias que estavam presentes nas escolas e universidades, por outro, revela, em certa medida, o *conatus* católico de seus produtores que os compeliam a agir em prol da preservação da moral cristã e dos ensinamentos católicos. Tais documentos, também revelam as disputas pelo campo educacional em formação no Brasil, evidenciando que a influência sobre as práticas de ensino de Sociologia era um capital simbólico relevante na legitimação de ideias e representações e, portanto, se constituir como um conhecimento disputado entre os diferentes agentes que compunham o campo educacional do período.

Considerações finais

As disputas envolvendo a Igreja Católica e os intelectuais laicos em torno da construção de narrativas explicativas do mundo social nos pareceram ser melhor compreendidas quando consideramos a existência de um campo educacional que estava em construção na primeira metade do século XX, dentro do qual os agentes

sociais disputavam por capitais simbólicos (legitimidade das narrativas, por exemplo), estando dotados de um *conatus* que possibilitou o envolvimento na manutenção do “projeto católico”. Os intelectuais ligados à Igreja, dotados de um *conatus* específico, ao conhecer e reconhecer as regras do campo educacional acabaram, em intensidades diferentes, se adaptando às condições objetivas que o mundo social “impunha”, sem contudo abandonar seus princípios e seu *conatus*. Os manuais produzidos são exemplos disso.

O conceito bourdiesiano de *conatus* nos auxiliou no afastamento de interpretações puramente racionalistas/planejadas das ações dos intelectuais católicos. Notamos que o senso prático dos agentes sociais em questão também eram resultantes de uma potência que visava preservar e transmitir a moral católica, ainda que os agentes sociais nem sempre tivessem consciência disso. Observamos que o *conatus* católico impulsionou vários intelectuais para atuar em prol da manutenção do poder da Igreja junto ao campo educacional. Contudo, em alguma medida, as condições objetivas levaram os agentes sociais a uma redefinição de seu *conatus*, sem, contudo, deixar de disputar por capitais simbólicos tidos como importantes para a manutenção dos dogmas católicos, tais como a legitimidade para ensinar um tipo de Sociologia escolar e universitária que auxiliasse em seus propósitos.

Importa destacar que hoje vivemos um momento histórico em que as disputas curriculares se fazem presentes, e estudos como este podem auxiliar na compreensão da presença da religião na educação e na cena pública, assim como trazer a discussão em torno da pertinência da Sociologia nos currículos escolares, colaborando para o desvelamento da História das Ciências Sociais no Brasil, assim como, em alguma medida, apresentando indicativos teórico-metodológicos para a compreensão do momento presente.

A compreensão do *conatus* dos intelectuais católicos demanda ainda outros esforços de pesquisa, sobretudo focado na sua gênese, o que pode ser realizado, por exemplo, a partir da análise das trajetórias dos intelectuais no interior do campo religioso, sendo observado de quais modos e em que intensidade (interesse) disputam por distinção social em seu interior. Longe de pretender esgotar a questão, acreditamos que este trabalho nos possibilitou olhar para as ações da Igreja Católica e de seus intelectuais como formas de resistência e de transmissão de uma herança simbólica: um olhar católico sobre o mundo social.

Referências

- ALMEIDA FILHO, Orlando José de. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de São Paulo. 2008.
- ATHAYDE, Tristão de. *Preparação à Sociologia*. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1942.
- AZEVEDO, Gustavo Cravo de; AGLIARDI, Paula Britto; TABAC, Sara Esther Dias Zarucki. A Sociologia da Educação e alguns caminhos para a pesquisa contemporânea: a escola desigual e a escola democrática. In: BODART, Cristiano das Neves. *Sociologia e Educação*. V.1, Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 13-38.
- AZZI, Riolando. O início da Restauração católica no Brasil: 1920-1930. *Síntese, revista de filosofia*, v.4, n.10, p. 61-89, 1977.
- BRASIL. Decreto nº 6.409, de 30 de Outubro de 1940. Concede autorizações à faculdade Católica de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia, ambas com sede no Distrito Federal, para organizar e fazer funcionar diversos cursos.
- BODART, Cristiano das Neves; MARCHIORI, Cassiane da C. Ramos. Fundamentos do ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 3, n. 2, pp. 18-38. 2016.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Elizandra Cristina Rodrigues da. Preocupações didáticas em compêndios de Sociologia dos anos de 1930. In: BODART, Cristiano das Neves. *Sociologia e Educação*. V.1, Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 117-150.

- BOING, Guilherme. *Sociologia Cristã*. Volume I. Petrópolis: vozes, 1938.
- BOING, Guilherme. *Sociologia Cristã*. Volume II. Petrópolis: vozes, 1939.
- BOURDIEU, Pierre (org.) *La misere du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Mediações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Estrategias de reprodução y modos de dominación. *Colección Pedagógica Universitaria*. 37-38, enero-junio/julio-diciembre, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011b.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. As contradições da Herança. In: _____. *Escritos da Educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- CHACON, Wamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1977.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014a.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. Raymond Murray e a Sociologia Católica no Brasil: notas sobre um manual da década de 1940. *Revista Café com Sociologia*. v.4, n.3, p. 110-122, 2014b.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*. Tese (doutorado). 313f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019a.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro. A sociologia católica de Francisca Peeters na constituição do campo educacional brasileiro na década de 1930. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v.16, n.1, p.68-94, 2019b.
- CURY, C. R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. Editora Cortez & Moraes, 1978.
- DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de

- professoras em Santa Catarina. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 15, n. 1 (37), p. 235-267, jan./abr. 2015.
- FULLER, Steve. Conatus. In: GRENFELL, Michael (Org.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 221-233.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Coleção Sociologia brasileira, v.7, Petrópolis: Vozes, 1977.
- FONTOURA, Amaral. *Programa da Sociologia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.
- FONTOURA, Amaral. *Introdução à Sociologia*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1940.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUELFY, Wanirley Pedroso. *A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*. Dissertação. Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 2011.
- SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. *Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular*. Curitiba: editora CRV, 2015.
- LORDON, Frédéric. Conatus et institutions: pour un structuralisme énergétique. *L'Année de la régulation*, n° 7, 2003.
- LORTON, A. *Sociologia*. São Paulo: Livraria Alves, 1926.
- MACHADO, Celso de Souza. O ensino de Sociologia na escola secundária: um levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 13, n 1, p. 115-142, 1987.
- MEDEIROS, Jackson da Silva. Abordagem bourdieusiana para uma análise de campo: um enfoque para a comunicação científica e o acesso aberto. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 98-119, maio/ago. 2017.
- MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. *Estudos de Sociologia*. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001.
- MEUCCI, Simone. *Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: FAPESP, 2017.
- MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. *Revista Brasileira de Educação*. N. 29, mai./Ago. 2005.
- MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos de 1930. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, no 69, p.259-278, 2015.

MURRAY, Raymond. *Introdução a Sociologia*. Trad. José Artur Rios. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

NOGUEIRA, Maria Alice. Conatus. In: CATANI, Alfrânio Mendes, et al. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Sandra Maria de; GATTI JÚNIOR, Décio. A reação católica e a formação de professores no Brasil: os manuais disciplinares *Noções de Sociologia e Educação* (História da Pedagogia). Problemas actuaes das Madres Peeters e Vooman (1935-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*. v. 18, 2018.

PASSAGE, Henry du. *Noções de Sociologia*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1932.

PEETERS, Madre. *Noções de Sociologia*. Editora Proprietária. Comp. Melhoramentos de São Paulo. Ed. 2. 1935.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: _____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 329-353.

ROSA, Maristela da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Escolanovismo católico em manuais de pedagogia de Everardo Backheuser (1934-1948). *Educação Unisinos*. V. 22, n. 3, jul./set., p. 288-296, 2018.

SANTOS, Theobaldo Miranda dos. *Noções de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1958.

SILVA, Elizandra Cristina Rodrigues da; BODART, Cristiano das Neves. A formação de professores primários e as disputas ideológicas em manuais escolares de Sociologia da Educação (1930-1950). *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)*. V.3, n.2, p. 48-72, jul./dez. 2019.

SILVA, Padre Alcionilio Bruzzi Alves da. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Saraiva, 1942.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932) Bragança Paulista: EDUSF, 2002.